

USO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DIMENSIONAL DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL PARA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO ADAPTADO

Milena Socorro Rocha Gaspar Vega ¹
Evellyne Ribeiro Fonseca ²

RESUMO

O currículo adaptado é um direito de todo aluno que apresenta desvios em seu processo de aprendizagem. Este documento é instrumento de inclusão, principalmente para crianças neurodivergentes que possuem comprometimentos em diversos aspectos do seu desenvolvimento, como os que se encontram dentro do Transtorno do Espectro Autista em seus diferentes níveis de suporte. Para que isso aconteça, a formulação desse documento deve ser pautada respeitando os marcos de desenvolvimento infantil. Assim, o objetivo principal da pesquisa, é identificar como o instrumento de avaliação dimensional do desenvolvimento infantil pode contribuir na criação do currículo adaptado. O presente estudo de caso teve como amostra uma criança autista nível 3 de suporte e não verbal com 6 anos de idade, regularmente matriculada no 1º ano do ensino fundamental. O instrumento utilizado, foi o Inventário Dimensional do Desenvolvimento Infantil (IDADI), onde foram coletadas informações acerca dos domínios desenvolvimentais. Para assegurar a realização da pesquisa de forma segura e ética, a mãe assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estando ciente de todo o processo de avaliação e elaboração documental, autorizando também, a publicação dos resultados em eventos científicos. Os dados evidenciam um comprometimento significativo no desenvolvimento infantil. Os resultados apontam para qual caminho devemos seguir no momento de adaptar um currículo, apesar de possuir 6 anos de idade, é verificado a ausência de repertório em todos os domínios, ficando claro que, apesar de estar regularmente matriculado em um primeiro ano do ensino fundamental, os objetivos de ensino e aprendizagem da respectiva criança deverá contemplar os pré-requisitos de habilidades basilares. Compreender como se encontra o desenvolvimento da criança que precisará de um currículo adaptado, é crucial para construir um currículo assertivo.

Palavras-chave: Currículo adaptado, Desenvolvimento Infantil, Autismo

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma abordagem fundamental para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades ou necessidades. No contexto da educação inclusiva, é essencial desenvolver currículos adaptados que atendam às necessidades individuais de cada criança. Uma maneira eficaz de entender essas necessidades é através do uso de um instrumento de avaliação dimensional do desenvolvimento infantil. Neste artigo, exploraremos como esse instrumento pode ser utilizado para informar a elaboração de currículos adaptados, proporcionando uma educação mais inclusiva e eficaz.

A inclusão na educação no Brasil é um tema de extrema relevância e complexidade, refletindo os esforços contínuos para garantir que todos os alunos, independentemente de suas

¹ Graduada do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, Mestranda em Linguística na UFPB. milenavegapsicop@gmail.com;

² Graduada do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, Especialista em Análise do Comportamento Aplicada. evellyneribeirof@gmail.com.

diferenças e diversidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Nos últimos anos, o país tem avançado significativamente no sentido de promover uma educação mais inclusiva, alinhada aos princípios de equidade, diversidade e respeito aos direitos humanos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, estabeleceu as bases legais para a inclusão na educação brasileira, reconhecendo o direito de todos os alunos à educação e preconizando a oferta de ensino regular inclusivo para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Desde então, políticas públicas têm sido implementadas para garantir a efetivação desse direito, incluindo a criação de salas de recursos multifuncionais, a formação de professores para atuação na educação inclusiva e a elaboração de planos educacionais individualizados (Almeida, 2008).

Apesar dos avanços legislativos e das iniciativas governamentais, a inclusão na educação ainda enfrenta diversos desafios no Brasil. Questões como a falta de estrutura física e recursos adequados nas escolas, a resistência de alguns profissionais da educação em adotar práticas inclusivas e a falta de preparo para lidar com a diversidade são obstáculos que precisam ser superados. Além disso, a desigualdade socioeconômica e a falta de acesso a serviços de saúde e apoio social também contribuem para a exclusão de muitos alunos (Mazzota, 2005; Mantoan, 2015).

No entanto, é importante ressaltar os avanços e as boas práticas que têm sido observados em várias partes do país. Muitas escolas têm adotado abordagens inclusivas inovadoras, promovendo o respeito à diversidade, a valorização das diferenças e o protagonismo dos alunos com deficiência. A colaboração entre escola, família e comunidade tem sido fundamental para o sucesso da inclusão, permitindo o desenvolvimento de ambientes educacionais acolhedores e acessíveis a todos (Battistello, Lisboa e Martins, 2024).

Em suma, a inclusão na educação no Brasil é um processo em constante evolução, que requer o comprometimento de todos os atores envolvidos - governos, escolas, professores, famílias e sociedade civil - na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática, que reconheça e valorize a diversidade como um princípio fundamental para o desenvolvimento humano e social.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por desafios na interação social, comunicação e padrões comportamentais restritos e repetitivos. O DSM-5, publicado pela Associação Americana de Psiquiatria - APA (2024), fornece critérios diagnósticos fundamentais para identificar o TEA. Estes critérios incluem déficits persistentes na comunicação e interação sociais, manifestados por dificuldades na reciprocidade socioemocional, comunicação não-verbal e desenvolvimento de relações.

Além disso, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades também são observados, como estereótipias motoras, adesão excessiva a rotinas e interesses restritos. Esses sintomas devem estar presentes no início da infância e causar prejuízo significativo no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes. O DSM-5 também introduziu uma classificação funcional do TEA em três níveis de gravidade, que variam de dificuldades sociais notáveis com suporte substancial (Nível 1) a graves déficits que requerem apoio muito substancial (Nível 3). Essa classificação auxilia na compreensão da extensão das necessidades e na prestação de suporte adequado para indivíduos com TEA.

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) é uma ferramenta crucial para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois proporciona uma abordagem personalizada para atender às suas necessidades educacionais específicas. Este plano é fundamental para garantir que o ensino seja adaptado de acordo com o perfil único de habilidades, desafios e interesses de cada indivíduo com TEA, abrangendo não apenas aspectos acadêmicos, mas também sociais, emocionais e comportamentais (Wehmeyer e Schwartz, 1998; Vasconcelos, 2021).

Ao estabelecer metas educacionais realistas e mensuráveis, o PEI visa promover o progresso contínuo e o desenvolvimento máximo do potencial de cada aluno com TEA. Além disso, o plano inclui estratégias para monitorar regularmente o progresso do aluno e envolve os pais e responsáveis no processo educacional, garantindo uma colaboração eficaz entre escola e família. Em suma, o PEI desempenha um papel fundamental na promoção do sucesso educacional e pessoal das pessoas com TEA, capacitando-as a alcançar seu pleno potencial e a se tornarem membros produtivos e independentes da sociedade (Battistello, Lisboa e Martins, 2024).

Para tanto, o estudo foi desenvolvido sob a problemática de: a avaliação dimensional do desenvolvimento pode ser implementado como um aparato norteador da elaboração do Plano de Ensino Individualizado? Assim, nosso estudo teve como objetivo principal, investigar a viabilidade e eficácia da implementação da avaliação dimensional do desenvolvimento como um guia para a elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI) de uma criança autista, visando promover sua inclusão e maximizar seu desenvolvimento educacional.

Como objetivos específicos: a) avaliar as múltiplas dimensões do desenvolvimento da criança autista, incluindo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e motores, por meio de ferramentas de avaliação específicas e validadas; b) identificar as necessidades individuais da criança autista com base nos resultados da avaliação dimensional, destacando seus pontos fortes e áreas de dificuldade, a fim de personalizar o Plano de Ensino Individualizado de acordo com suas características e potenciais; e, c) desenvolver um Plano de Ensino Individualizado

abrangente e adaptado, que integre os resultados da avaliação dimensional do desenvolvimento, definindo metas educacionais específicas, estratégias de ensino personalizadas e recursos de apoio necessários para promover o sucesso acadêmico e social da criança autista.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de que a implementação da avaliação dimensional do desenvolvimento como um guia para a elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI) de uma criança autista é uma abordagem fundamental para atender às necessidades individuais e promover a inclusão no ambiente escolar. Esta prática permite uma compreensão abrangente das habilidades e desafios da criança autista, facilitando a personalização do ensino para maximizar seu progresso acadêmico e social. Além disso, o uso da avaliação dimensional como base para o PEI permite o monitoramento contínuo do progresso da criança e fortalece a parceria entre escola e família, garantindo um suporte eficaz e colaborativo em todas as áreas da vida da criança autista.

METODOLOGIA

O presente estudo de caso teve como amostra uma criança autista nível 3 de suporte e não verbal com 6 anos de idade, regularmente matriculada no 1º ano do ensino fundamental, na cidade de João Pessoa.

O instrumento utilizado, foi o Inventário Dimensional do Desenvolvimento Infantil (IDADI) (Silva, Mendonça Filho e Bandeira, 2020), onde foram coletadas informações acerca dos domínios: cognitivo, motor amplo e fino, socioemocional, linguagem receptiva e comportamento adaptativo. O domínio de linguagem expressiva não foi considerado, tendo em vista que a criança em questão não apresenta comportamento verbal. Para assegurar a realização da pesquisa de forma segura e ética, a mãe assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estando ciente de todo o processo de avaliação e elaboração documental, autorizando também, a publicação dos resultados em eventos científicos.

Os dados gerais do estudo foram analisados qualitativamente, onde as informações de desenvolvimento foram vistos por meio dos escores Z e discutidos com base na literatura científica. Os resultados e a discussão dos dados obtidos serão apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para os apontamentos dos dados obtidos e com objetivo de manter a identidade da criança em sigilo, será referida a criança como “M.”.

M. é uma criança Autista de nível 3 de suporte, que possui outras psicopatologias associadas como o Transtorno Opositor Desafiador - TOD e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH.

Encontrar-se no nível 3 de suporte indica que a criança precisa de mais auxílio do que todos os outros níveis. Nesse nível, as crianças apresentam dificuldades severas na comunicação verbal e não verbal, sendo limitadas para interagir com outras pessoas. Além disso, apresentam muitos comportamentos repetitivos e restritivos que interferem diretamente na vida dele e das pessoas em sua volta. Precisando de direcionamento e auxílio para realizar as tarefas do dia a dia (DSM-V-TR, Associação Americana de Psiquiatria, APA, 2014).

Considerando os aspectos diagnósticos de M., os achados na avaliação de desenvolvimento e relacionando ao que aponta a literatura, vemos algumas relações pertinentes.

A linguagem é uma etapa fundamental no desenvolvimento infantil. Crianças com atraso na fala podem apresentar uma maior dificuldade no desenvolvimento cognitivo e socioemocional, principalmente na idade escolar ou adolescência. Assim, a ciência aponta que a linguagem está intimamente relacionada ao cognitivo, por se tratar de uma criança autista não verbal, os resultados nos aspectos de cognição e socioemocional da criança corroboram com a literatura (Greenspan & Shanker, 2007; Tomasello, 2005).

Concernente aos aspectos motores e adaptativos, vemos uma evolução significativa, apesar da pontuação ser inferior ao de seu grupo etário, em uma análise qualitativa do tipo idiográfica (quando os resultados do paciente são comparados de forma dinâmica com ele mesmo), em observações clínicas e no cotidiano domiciliar, o menino consegue realizar muitas tarefas de forma independente, como abrir tampas sem e com rosca, correr, subir, empurrar, saltar e desviar (Gallahuse e Ozmun, 2005).

De forma geral e conclusiva, as análises apontam para um Atraso Global do Desenvolvimento que já é justificado por seu diagnóstico. Nos domínios: cognitivo, linguagem receptiva e comportamento adaptativo e motricidade fina, a criança possui um enquadramento nos 36 meses (cerca de 3 anos de idade) e na motricidade ampla o menino encontra-se entre 48-59 meses (cerca de 4 a 5 anos de idade). A seguir, a tabela 1 evidencia os resultados em escores quantitativos do desenvolvimento de M.

Tabela 1. Resultados no IDADI

Domínios	Pontuação Bruta	Escore Desenvolvimental	Intervalo de confiança		Escore Z	Escore Padronizado
			Inferior	Superior		

Cognitivo	2	109,9	108,9	110,9	-4,62	31
Socioemocional	11	114,3	113,1	115,4	-2,25	66
Linguagem Receptiva	7	117,3	116,2	118,4	-4,06	39
Linguagem Expressiva	-	-	-	-	-	-
Motricidade ampla	10	137,2	136,0	138,3	-2,13	68
Motricidade Fina	11	132,2	130,9	133,5	-2,20	67
Habilidades Adaptativas	33	101,2	100,5	101,9	-3,91	41

Fonte: a autora (2024).

A partir dos dados evidenciados acima, foi possível desenvolver um Plano de Ensino Individualizado – PEI, visando os pontos de foco do seu desenvolvimento. Onde seguiu-se, em parceria com a instituição de ensino da criança, bem como, os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

O PEI de M., então, foi contemplado, sob a ótica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), priorizando os objetos de aprendizagem que corroboravam com a sua faixa de desenvolvimento e não com a sua idade cronológica. Estes objetivos eram contemplativos das sínteses de aprendizagem para a educação infantil (eu, o nós e os outros; corpo gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de um instrumento de avaliação dimensional do desenvolvimento infantil é uma ferramenta poderosa para informar a elaboração de currículos adaptados na educação inclusiva. Ao entender as necessidades individuais de cada criança em múltiplas dimensões de desenvolvimento, os educadores podem desenvolver planos de ensino personalizados que promovam o sucesso de todas as crianças na sala de aula. Este artigo destaca a importância dessa abordagem e fornece orientações práticas para sua implementação eficaz. Ao priorizar a inclusão e a diversidade, podemos criar ambientes de aprendizagem que capacitam todas as crianças a alcançar seu pleno potencial. Pode-se afirmar que o objetivo de pesquisa foi alcançado.

Os resultados apontaram que M. possui um déficit global do desenvolvimento nos respectivos domínios avaliados. Em resultados de escore Z, que se refere a uma medida

estatística poderosa e amplamente utilizada para avaliar a posição relativa de um valor em relação à média de um conjunto de dados, os resultados foram: Domínio Cognitivo ($Z=-4,62$), Domínio Socioemocional ($Z=-2,25$), Domínio Linguagem Receptiva ($Z= -4,06$), Domínio Motricidade Ampla ($Z= -2,13$), Domínio Motricidade Fina ($Z= -2,20$) e por fim, no Domínio Comportamento Adaptativo ($Z= -3,91$).

Desta forma, obtivemos o caminho que deveríamos seguir no momento de adaptar um currículo, apesar de possuir 6 anos de idade, é verificado a ausência de repertório em todos os domínios, ficando claro que, apesar de estar regularmente matriculado em um primeiro ano do ensino fundamental, os objetivos de ensino e aprendizagem da respectiva criança deverá contemplar os pré-requisitos de habilidades basilares. Compreender como se encontra o desenvolvimento da criança que precisará de um currículo adaptado, é crucial para construir um currículo assertivo.

O estudo limita-se pela sua amostra, entendendo que o público TEA é considerado neurodiverso por se tratar de um espectro, isso se configura que, embora trata-se de um transtorno de neurodesenvolvimento, este poderá apresentar-se de formas singulares em diferentes pessoas. Portanto, é necessário que sejam desenvolvidos estudos que abrajam uma maior amostra, para fortalecer a perspectiva da necessidade de avaliação dimensional para formulação do PEI.

REFERÊNCIAS

APA (American Psychiatric Association). **Manual de Diagnóstico e Estatística de transtornos mentais (DSM-5)**. Porto Alegre, RS, 2014.

ALMEIDA, M. A. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista Inclusão**. Brasília, n. 1, p. 18 - 32, jan./jun. 2008.

BATTISTELLO, V. C. DE M., LISBOA, E. R., MARTINS, R. L. Inclusão De Alunos Com Autismo Em Sala De Aula E O Plano Educacional Individualizado (PEI). **Linguagens, Educação E Sociedade**, n. 28, ed. 57, p. 1-23, 2024.
<https://doi.org/10.26694/rles.v28i57.4334>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. Lei no 13.146 de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL. Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>.

CAMARGO, S.P.H. et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 36, 2020.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

_____. **Autismo e Inclusão**. 1 ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2013.

_____. **Autismo na Escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 3 ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2015.

GALLAHUE, D. L., OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos (3a ed.). São Paulo: Phorte, 2005.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 2012.

GREENSPAN, Stanley; SHANKER, Stuart. The developmental pathways leading to pattern recognition, joint attention, language and cognition. **New Ideas in Psychology**, v. 25, n. 2, p. 128-142, 2007.

HUDSON, B.C.S.; BORGES, A.A.P. A utilização do Plano de Desenvolvimento Individual por professores em Minas Gerais. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 33, 2020.

LIMA, S.M.; LAPLANE, A.L.F. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 269-284, 2016.

MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SILVA, M. A., MENDONÇA FILHO, E. J., BANDEIRA, D. R. **Inventário Dimensional do Desenvolvimento Infantil**. Vetor, 2020.

Tomasello, M., Carpenter, M., Call, J., Behne, T., Moll, H. Understanding and sharing intentions: The origins of cultural cognition. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 28, p. 675-691. 2005.

WEHMEYER, M. L., SCHWARTZ, M. The impact of self-regulatory strategies on the academic performance of students with learning disabilities. In B. Y. L. Wong (Ed.), **Learning about learning disabilities**, 2 ed., p. 311-330. San Diego, CA: Academic Press, 1998